

A EROSÃO DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS: A CONSTRUÇÃO DAS INTERPRETAÇÕES DE ALAIN TOURNAINE E JUAN J. LINZ¹

ROGÉRIO MAKINO²

INTRODUÇÃO

As similaridades de determinados fenômenos políticos chamam a atenção de historiadores, cientistas políticos e cientistas sociais em geral, principalmente, no que diz respeito à possibilidade da existência de causas e condicionamentos comuns aos vários casos, especialmente, quando existe certa concomitância temporal. Tem-se, assim, um terreno fértil para a construção de conceitos e teorias e também para estudos comparativos. Um desses exemplos refere-se à erosão dos regimes democráticos na América Latina na segunda metade do século XX, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, depois de um curto período de euforia democrática após a Segunda Guerra Mundial. O grande número de regimes autoritários que então ascenderam (como o brasileiro, o argentino e o chileno) instigaram a curiosidade de vários estudiosos sobre suas causas e seus constrangimentos.

Pensar elementos explicativos e conceituais que ajudem a lançar luz sobre esses eventos históricos são temas tratados por Alain Touraine e Juan J. Linz em algumas de suas obras (TOURNAINE, 1989; LINZ, 1987). O objetivo desse ensaio é analisar o instrumental

¹ Uma versão preliminar desse ensaio foi apresentada como trabalho final da disciplina “Sociedade, Cultura e Política nas Américas” ministrada pelos professores Cris- tian Teófilo da Silva e Flávia Lessa de Barros no ano letivo de 2011.

² Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas/CEPPAC da Universidade de Brasília. Email: makinotga@yahoo.com.br

conceitual e referencial dos autores nesses textos e traçar algumas das aproximações de suas interpretações construídas a partir desses elementos sobre a erosão dos regimes democráticos.

ELEMENTOS EXPLICATIVOS E INSTRUMENTAL CONCEITUAL EM ALAIN TOURAINÉ

À maior parte do arcabouço conceitual de Alain Touraine presente nos capítulos 1 e 3 de seu livro *Palavra e Sangue*, subjazem três elementos: o *Estado*, o *sistema político* e os *atores sociais*. A partir da compreensão desses três elementos, pode-se perceber com maior clareza a construção de seus conceitos e a interpretação obtida mediante a aplicação desses a casos concretos. Observem-se, por exemplo, os conceitos de *subdesenvolvimento político* e *superdesenvolvimento político* trabalhados pelo autor. No primeiro, comum na história da América Latina, tem-se que o Estado não apenas é capaz de controlar ou satisfazer as demandas provenientes dos atores sociais, mas se comunica diretamente com os grupos de interesse sem o intermédio do sistema político, muitas vezes, sendo caracterizado pelo estabelecimento de um partido único. No segundo, ao contrário, tem-se o Estado como um mero mercado político no qual os líderes políticos com interesses ou projetos globais de sociedade concorrem ou constroem alianças políticas entre si em meio a atores sociais pouco organizados. Consoante com o autor, a ocorrência do *superdesenvolvimento político* expõe o equívoco da análise marxista ao tentar ancorar a esfera política na econômica, uma vez que nessa situação podem ocorrer mudanças bruscas na primeira mesmo sob a estabilidade da segunda (TOURAINÉ, 1989, p. 345-346).

Como Touraine não acredita que a crise nos regimes democráticos possa ser explicada apropriadamente apenas por uma crise do Estado em sua capacidade de cumprir compromissos³ ou pelo mero descompasso entre as demandas sociais e a incapacidade do sistema político de responder-lhes, dispensa, pois, especial atenção à análise dos sistemas políticos com o intuito de encontrar, em suas

3 Esse conceito será descrito posteriormente.

próprias dinâmicas, elementos que ajudem a compreender de maneira mais satisfatória a ascensão de regimes autoritários. Para isso, inicialmente se constrói uma tipologia de regimes políticos ditos democráticos (democracia oligárquica, democracia antioligárquica, governo das classes médias, parlamentarismo e populismo ou nacional-populismo). No estudo dos casos concretos, faz-se necessário atentar para a tipologia citada acima antes de iniciar a análise da transição da democracia para o regime ditatorial.

No caso do Brasil das décadas de 1950 e 1960, por exemplo, Touraine acredita não se tratar de uma democracia oligárquica, apesar da existência de características patrimonialistas típicas desse tipo de democracia. Nesse sentido, é interessante mencionar o trabalho de Guillermo O'Donnell (1997), que demonstra que o particularismo⁴, em sua ampla acepção, está profundamente enraizado no nível informal das práticas políticas e burocrático-administrativas dos países latino-americanos de modo que se torna esquizofrênica uma análise sobre a consolidação democrática que se debruça apenas sobre os seus aspectos formais. Para Touraine (1989, p. 356), no que concerne à questão de regimes políticos, o Brasil seria um país que já teria superado o oligarquismo e o parlamentarismo. Assim, naquele momento, o que ocorria era uma transição de uma democracia nacional-populista plebiscitária para um autoritarismo puro. Sobre isso, algumas considerações devem ser feitas.

A primeira é sobre a ideia de uma democracia plebiscitária. Sua evocação remete à ideia do papel relativamente passivo ou limitado da participação das massas no governo, restritos apenas à legitimação do governo nas eleições. Em outras palavras, é como se a vitória nas eleições fornecesse um “cheque em branco” aos eleitos para que agissem a seu bel-prazer em nome daqueles que os elegeram por período determinado de tempo.

4 Aqui, particularismo foi tomado de forma genérica, referindo-se à confusão sobre os limites das esferas privadas e particulares, sobre o costume de entender o público como uma extensão do particular, do uso deliberado da máquina estatal em função dos interesses individuais etc. Alguns autores como Carvalho (1997) e Faoro (1993) prestam algumas contribuições e esclarecimentos importantes no assunto.

A segunda é que o parlamentarismo, no texto de Touraine, não se refere ao sistema político, do tipo britânico, no qual o chefe de governo é eleito indiretamente pelo parlamento, ou seja, que se contrapõe ao regime presidencialista no qual o chefe do executivo é eleito diretamente pelo voto popular. No texto em questão, o parlamentarismo ocorre quando o sistema político não é subdesenvolvido, ou seja, não está subordinado ao Estado, mas que os partidos políticos estão relativamente desenvolvidos e o sistema político tem uma autonomia maior. Em outras palavras, é quando os partidos políticos podem desempenhar com considerável efetividade suas funções: a de representação, ser agente de mobilização política e portador de um projeto ou, pelo menos, vontade de poder.

A terceira é a possibilidade de contrapor *regimes parlamentares* e *regimes nacional-populares* ou, simplesmente, *regimes populistas*⁵. Esses tendem a ser mais robustos nas situações em que os partidos políticos não são nem tão fortes nem tão fracos, ou seja, a organização de um sistema político forte se opõe à natureza dos regimes nacional-populares. Na realidade, nos regimes nacional-populares existem partidos políticos que não têm função de representação, uma vez que eles se identificam com o próprio regime. Na América Latina, esse tipo de regime encontrou condições favoráveis em meio a partidos políticos que não cumpriam plenamente sua função de representação, mesmo porque para que haja representatividade pressupõe-se forte organização dos atores sociais, o que nesse caso certamente não existia (TOURAINE, 1989, p. 351-361).

Voltando ao caso do Brasil da década de 1970, o regime da época é enquadrado pelo autor como do tipo populista. No senso comum, o populismo é utilizado para referir-se a governos como o de Juscelino Kubitschek, caracterizados por uma liderança consideravelmente carismática, em termos weberianos, que, em nome de um projeto nacional o qual transcende os interesses de classes, tenta agregar à sua base de apoio o maior número de grupos de

⁵ Aparentemente Allain Touraine utiliza esses dois termos de forma intercambiável.

interesse. Na América Latina, muitos países comprometidos com um projeto desenvolvimentista tiveram de lidar com grupos de interesses poderosos e, muitas vezes, cujas necessidades, preocupações e demandas tinham natureza antagônica. Essa característica de tentar agregar ou conciliar “gregos e troianos” (como agroexportadores e burguesia industrial) é pejorativamente chamada por alguns de “Estado de compromisso” e a efemeridade dos regimes populistas é atribuída à fragilidade dessas alianças.

Sobre a erosão dos regimes democráticos, o autor aponta as duas explicações mais comuns na literatura, mas que ele considera como falsas ou incompletas. A primeira é a de que o desmoronamento dos regimes democráticos se deve a problemas internos, ao acirramento dos conflitos sociais e à decomposição do sistema político. Nessa perspectiva, conforme mencionado ao final do parágrafo anterior, os regimes populistas seriam frágeis: sua coesão só seria possível mediante uma liderança forte, que integraria o *Estado*, o *sistema político* e os *atores sociais*. A incorporação de novos grupos de interesse, facções da sociedade e de parte da massa tem o potencial de desencadear um descompasso entre as demandas sociais e a capacidade de respostas a elas; consequentemente, esses regimes não são capazes de resistir e acabam por sucumbir. Veja-se, por exemplo, a interpretação de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, sobre o caso brasileiro.

O Governo Goulart pretendeu, para manter-se, ampliar a sua base de sustentação, tratando de incorporar e organizar setores camponeses e aumentar a participação e os benefícios econômicos para o setor urbano. É de todo evidente que tal esforço apenas demonstrou a impossibilidade de conciliar interesses já claramente contraditórios; não cindiu o ápice da aliança nacional-desenvolvimentista, pois os setores burgueses e latifundiários ainda estavam *prometidos*, dentro de um sistema de dominação vigente e a aliança não podia manter-se com a incorporação dos homens do campo ao movimento de massas; mas comprometeu-se também a acumulação, principalmente no setor público, pois os custos sociais de tal política diminuiriam as possibilidades econômicas de continuar a redistribuição sem afetar a expansão do setor capitalista. Alcançaram-se, assim, nesta etapa, os limites do populismo como forma de mobilização das massas e como possibilidade de propiciar o desenvolvimento. (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 107-108).

A segunda explicação para a quebra das democracias destaca a intervenção estrangeira, em especial a estadunidense, na vida político-econômica da América Latina ao qual o autor refuta com veemência argumentando que dependência, ideia tão difundida na região, não é sinônimo de colonização⁶: “seria inaceitável ver, nos países da América Latina da metade do século XX, apenas ‘repúblicas de bananas’ governadas por ditadores fantoches e submetidos à boa vontade dos interesses capitalistas americanos ou europeus.” (TOURAINÉ, 1989, p. 415)

A explicação para o desmoronamento do populismo estaria, assim, em grande medida na dinâmica do próprio regime político. Em termos gerais, os golpes de Estado a regimes populistas e as suas quedas teriam mais a ver com o autoenfraquecimento do sistema político do que com a pressão das forças sociais, uma vez que os atores sociais nesse tipo de regime geralmente estão tutelados⁷ por forças políticas (TOURAINÉ, 1989, p. 365). No caso brasileiro, a crise do nacional-populismo teria, em última instância, sido desencadeada pelo próprio presidente João Goulart (ao centro do sistema político). Ele teria fragilizado o regime quando tentou reformá-lo com a introdução de uma cláusula que permitisse que Leonel Brizola e ele concorressem à presidência. Diante dessa situação, os governadores dos estados que tinham ou poderiam ter interesse em concorrer à presidência da república, assim como os grupos políticos e grupos de interesses a eles ligados, retiraram seu apoio ao regime político vigente. O regime, então, combaliu-se e, naquele momento, praticamente não houve oposição ao golpe militar.

6 Não é objetivo de esse ensaio questionar esse ponto, pois, na verdade, mesmo Touraine modula o papel dos Estados Unidos no desmoronamento dos regimes democráticos. Mas a abertura da documentação diplomática estadunidense recentemente indica que eles foram grandes entusiastas do Golpe de 64. Desde o governo Jânio Quadros, os estadunidenses estavam receosos: acreditavam que o Brasil era altamente vulnerável à conversão ao comunismo. Vários foram os telegramas divagando sobre a possibilidade de subsidiar forças subversivas e, até mesmo, foi cogitada a ideia de intervenção direta.

7 Tutela não deve ser entendida como coerção à base do uso da força de armas, da polícia, da lei ou do exército. Pode-se pensar em submissão que leve em conta uma concepção ampla de dominação (simbólica, afetiva, inercial etc.).

Uma das ideias principais do autor é que a ditadura militar, pelo menos no caso do Brasil, tinha uma natureza antipopulista, ou seja, ela liquidou por meio da repressão um populismo enfraquecido por dificuldades econômicas em meio ao esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações (TOURAINE, 1989, p. 427). *A priori*, a política repressiva não estava ligada a nenhum programa econômico específico ou à lealdade exclusiva com determinado grupo de interesse ou classe, isto é, rechaça-se a tese de bonapartismo⁸ dos governos militares no Brasil. Sobre a dimensão da repressão do regime, cabe dizer que, para o autor, ela não consistia apenas em reprimir as forças sociais, mas, sobretudo, em proteger um Estado fragilizado. Ao tentar relacionar o seu referencial com os casos empíricos, Touraine (1989, p. 434, grifos meus) afirma que “[a]l política social das ditaduras se define melhor negativamente do que positivamente. o seu principal objetivo foi o de romper a política nacional-popular, isto é, a indiferenciação entre o Estado, o sistema político e os atores sociais”.

Em suas conclusões, o autor vislumbra dois cenários no que se refere à ascensão de regimes repressivos de algumas ditaduras militares. No primeiro, que pressupõe um Estado fraco, tem-se a derrubada do regime nacional-popular e sua completa decomposição, implicando um processo de feudalização, oposição entre províncias e capital, instabilidade e insegurança semi-hobbesiana, como no caso da Bolívia. No segundo, que pressupõe um Estado forte, tem-se a criação de um novo modelo, a exemplo da Argentina. Embora o autor não mencione, é provável que o Brasil se aproxime mais do segundo caso.

⁸ O termo faz referência às ideias contidas originalmente no livro 18 de Brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx, que descreve como a monarquia de Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, ascende ao poder e assegura o desenvolvimento do capitalismo e os interesses da classe burguesa em um período de aguda confrontação dos interesses de classe. Na literatura política, o termo é comumente aplicado às situações na qual um governo que ascende ao poder tenta parecer não-partidário, aproveitando-se da disputa aguda entre grupos antagônicos (em geral, burgueses e proletários) em que nenhum consegue se impor de maneira hegemônica. O legislativo perderia força frente ao executivo e esse asseguraria os interesses de uma classe com pequenas concessões para a outra.

ELEMENTOS EXPLICATIVOS E INSTRUMENTAL CONCEITUAL EM JUAN J. LINZ

A proposta de Juan J. Linz em seu livro *The Breakdown of Democratic Regimes* é tentar criar um modelo descritivo e, quiçá, até mesmo um modelo explicativo da quebra dos regimes democráticos a partir de uma visão dinâmica dos processos que levam em conta momentos como a perda de poder em um regime, a sua quebra, a tomada do poder ou o reequilíbrio.

À primeira vista, o grande referencial de Linz, no que diz respeito à sustentação ou *conditio sine qua non* de um regime, é a *legitimidade* tanto dos líderes à frente da máquina estatal quanto das instituições políticas e do próprio regime. Ele alerta, contudo, que o porquê das pessoas acreditarem na legitimidade de um regime é nebuloso, extremamente difícil de determinar tanto quanto precisar o porquê das pessoas acreditarem em um dogma religioso. Ressalta que, às vezes, parte da legitimidade de um regime reside no mero fato de ele existir, mas também aponta algumas questões que, segundo sua perspectiva, estão diretamente relacionadas: a efetividade, a eficácia e o desempenho/estabilidade⁹. A efetividade diz respeito à capacidade de implementar as políticas formuladas com os resultados desejados; nesse sentido, a “inefetividade” poderia enfraquecer as autoridades estatais e, consequentemente, a sua legitimidade. Já a eficácia refere-se à capacidade de um regime encontrar soluções para os problemas básicos que enfrentam quaisquer regimes políticos que são percebidos como satisfatórios (ou não) pelos cidadãos conscientes. Por fim, a estabilidade do regime tem a ver com o sucesso em manter as ameaças sob controle, a previsibilidade (diminuição das incertezas) e a continuidade das atividades governamentais dentro de parâmetros mais ou menos esperados, ou seja, na manutenção da ordem a médio prazo (LINZ, 1987, p. 20-22).

⁹ Isso pode ser influência do Institucionalismo da Escolha Racional, muito popular no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Nessa perspectiva, as instituições são racionais por diminuir os custos de transações e diminuir a incerteza nas relações sociais.

Embora o autor não se detenha muito sobre a questão dos partidos políticos especificamente neste livro (LINZ, 1994), nem os eleva à categoria de elementos-chave em seu modelo explicativo, ele menciona crer em uma menor robustez dos regimes democráticos baseados em um sistema multipartidário quando comparado a um sistema bipartidário. A volatilidade das alianças e das coalizões partidárias, a possibilidade de partidos da extrema direita ou da esquerda tornarem-se redutos ou alternativas importantes para ideias insurrecionistas, revisionistas ou golpistas nos momentos de crise do regime. Além disso, o sistema presidencialista plebiscitário também seria um dos calcanhares de Aquiles das democracias latino-americanas já que o processo democrático ficaria reduzido ao processo eleitoral e, uma vez no poder, o partido político ou a coalizão sentir-se-ia como se a ele fosse delegado o poder de agir como quiser, muitas vezes caindo na tentação de perseguir os derrotados e instigar sentimentos revanchistas (LINZ, 1987, p. 72-73). Em contraposição, nos sistemas parlamentaristas, haveria constantemente a necessidade e a possibilidade para diálogo, negociações e concessões com vistas a manter a maioria necessária para assegurar-se a governabilidade. Marginalmente, ainda se pode mencionar que no presidencialismo há ausência de um poder moderador (o poder de dissolução das Câmaras Legislativas) diante de impasses cruciais e incontornáveis em algumas legislaturas; esse vácuo seria, muitas vezes, ocupado pelas forças militares.

Mais importante do que os partidos políticos no modelo explicativo do autor, no entanto, são os conceitos de oposição leal, semi-leal ou desleal, o que não quer dizer que os partidos não possam ser braços políticos institucionalizados dessas oposições; às vezes, eles podem ser. Reconhece-se que esses conceitos são de difícil delimitação, principalmente quando se preza pelo rigor, pois existe uma “zona cinzenta” que torna a tarefa de classificar uma oposição extremamente complicada mesmo *a posteriori*. Grosso modo, pode-se sugerir que a oposição leal é aquela que pretende se utilizar das próprias instituições vigentes para promover as

mudanças que deseja¹⁰; a oposição semileal – entre a leal e a desleal – é aquela que tem um comportamento ambíguo ou fisiologista, isto é, “dança conforme a música”, tem uma tendência subversiva, mas ainda é possível de ser cooptada quando lhe parece mais conveniente ou oportuno; a desleal é aquela que tentará por métodos heterodoxos, ilegais ou violentos a tomada do poder.

É interessante notar que Linz tem em mente uma sequência de fases da mudança de regime: a crise; a quebra; e a tomada de poder ou o reequilíbrio. A crise pode ser desencadeada por uma gama enorme de fatores, mas a todas elas subjaz o fato de a legitimidade estar sendo desafiada: pela baixa eficácia, pela baixa efetividade, pelo desempenho abaixo do esperado ou pela incapacidade de manter a ordem, tanto em termos “reais/objetivos” quanto em comparação com as expectativas plantadas maquiavelicamente pelas oposições. Nesse sentido, não é correto afirmar que um regime é apenas capaz de manter-se à medida que consegue atender satisfatoriamente aos interesses de determinadas classes ou grupos, mas sim de como a falta da capacidade de fazê-lo pode corroer a legitimidade de um regime. Isso deve ser somado à falta de sagacidade dos líderes à frente do regime de contornar a situação e/ou à capacidade das oposições de capitanear as insatisfações das massas em favor de seus planos ou interesses. Quando a oposição consegue se oferecer como a melhor e mais imediata alternativa em um momento agudo da crise, tem-se, então, a quebra do regime.

Em última análise, a quebra é resultado de um processo iniciado pela incapacidade governamental de resolver problemas para os quais a oposição desleal se oferece como uma solução. (...) Problemas estruturais não resolvidos, assim, arruinam a eficácia e, a longo prazo, a legitimidade de um regime, mas eles raramente são a causa imediata da quebra. (LINZ, 1987, p. 50- 54)

10 Uma forma de manifestação da oposição leal é, por exemplo, o retrairoimento – quando um partido se recusa a participar das eleições por considerar as regras, as instituições eleitorais, o regime ou o governo como ilegítimo.

Traduzido aos termos weberianos, pode-se afirmar que a quebra de um regime tem como uma de suas características principais a perda da *legitimidade* do monopólio da força. Geralmente é antecedida de tentativas de cooptar líderes da oposição ou das forças armadas no sentido de obter apoio (*legitimidade e/ou força*)¹¹. Quando essas tentativas são bem-sucedidas, pode-se ter início um processo de reequilíbrio do regime, as chamadas “democracias teimosas”; caso contrário, alguma outra força pode ascender ao poder, não necessariamente a oposição (ou as oposições) que protagonizaram o desgaste do antigo regime. O autor não descarta o papel do acaso ou do imprevisível como o surgimento de um “salvador da pátria” (um líder carismático) tanto para situação quanto para a oposição.

A tomada do poder pela oposição pode ser facilitada quando ela já possuía alguma presença ou representação no regime que quebrou (em forma de partidos, por exemplo), pois assim é possível procurar brechas institucionais para uma transição “legal”¹², sendo que essa sequência pode transmitir certa noção de continuidade, algo potencialmente útil na construção da legitimidade do novo regime¹³. Uma curiosidade, por exemplo, sobre os primeiros anos da ditadura militar no Brasil é que o Supremo Tribunal Federal não foi extinto pelo novo regime e inclusive emitia *habeas corpus* para os inimigos dos militares.¹⁴

11 Note-se que os esforços concentram-se mais em obter apoio de partidos políticos ou daqueles que detém poder de fogo (militares, por exemplo) do que das massas que, segundo o autor, em média, mantém-se neutras.

12 O autor destaca que, nessa transição, é importante manter os símbolos nacionais ou estatais (como bandeira ou hino) para transmitir a ideia de que há uma continuidade do Estado, conservando parte da legitimidade e a fidelidade dos cidadãos ao novo governo/regime.

13 Às vezes, em tomadas de poder em que não há essa continuidade, pode-se buscar no meio internacional a legitimação do regime. No caso brasileiro, por exemplo, a política externa do Governo Castello Branco foi redirecionada bruscamente para entrar em completa e total consonância com o discurso, com as preocupações e com os interesses dos Estados Unidos em uma tentativa desesperada de reconhecimento da legitimidade do regime militar estabelecido pós-1964. Ver: SIMÕES, Gustavo da Frota (2010). *Turbulência Política Interna e Política Externa durante o Governo Castello Branco (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília.

14 Esse é o tema da tese de doutorado (em andamento) de Cleuber Castro de Souza do CEPPAC/UnB.

APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS ENTRE TOURAINE E LINZ

Embora vários elementos apareçam nos textos dos dois autores como os partidos políticos, o sistema presidencialista, a democracia plebiscitária ou delegativa (algo explicável pelo fato de serem objetos da percepção mais imediata), é interessante notar que dentro dos dois modelos explicativos, a presença desses elementos é secundária no sentido de que aparecem como derivações de outros elementos de referência ou no sentido de que eles apenas subsidiaram a construção dos conceitos centrais das análises.

No caso de Touraine, percebe-se que ele utiliza como referência principal para a construção de seu modelo explicativo elementos mais clássicos e estruturais: o Estado, o sistema político e as forças sociais. O diferencial de sua análise é a ênfase nas dinâmicas endógenas do sistema político e de sua relativa autonomia. Nessa perspectiva, parte importante da explicação do desmoronamento de um regime, que muitas vezes é subestimada, está em si mesmo. No caso específico do Brasil, tem-se que o presidente João Goulart ao tentar concorrer novamente à presidência acabou por desestimular os defensores em potencial do regime democrático como os governadores dos estados que pretendiam concorrer à presidência na eleição seguinte.

Já Linz parte de outra referência, mais abstrata e menos tangível – a legitimidade. Na concepção deste autor, a legitimidade seria o pré-requisito indispensável para a sustentação de qualquer regime político e o conceito-chave para explicação de qualquer advento relacionado à mudança de um regime. Algumas de suas componentes como a efetividade, a eficácia e a estabilidade, em outro plano de análise, são passíveis de serem relacionadas com aqueles que as reforçam ou as desafiam, como as oposições que podem seguir ou não as regras do jogo. Quando a legitimidade está profundamente enfraquecida e a oposição consegue apresentar-se como opção aparentemente plausível, tem-se a quebra do regime. Ressalta-se que Linz não aplicou essa explicação direta ou explicitamente ao caso brasileiro.

Como se pôde perceber, os elementos de referência evocados para a construção de modelos explicativos pelos dois autores são aparentemente distintos, mas não excludentes. Os conceitos de legitimidade e oposições (em sentido amplo)¹⁵, tão centrais na análise de Linz, estão ausentes em Touraine, embora a perda de apoio ao regime por parte dos governadores e aliados a Goulart possa autorizar a interpretação de que o regime possivelmente ruiu por perder legitimidade diante daqueles que o compunham. Já a autonomia da dinâmica e dos processos do regime político de Touraine não vem como peça-chave dos quebra-cabeças apresentado por Linz, embora com um pouco de imaginação (pensar as oposições como parte integrante do processo político endógeno de um regime, por exemplo), seja possível pensá-lo como implícito na explanação, mas provavelmente não foi essa a intenção do autor.

Como mencionado anteriormente, a construção de conceitos é parte do exercício intelectual nas ciências humanas, assim como a forma que esses conceitos são evocados na interpretação de fenômenos. Mas será que a busca de explicação por fenômenos semelhantes (erosão dos regimes democráticos) implica a construção de aparatos conceituais com elementos semelhantes pelos dois autores? Há convergência nos dois modelos explicativos? Alguns comentários devem ser feitos a esse respeito.

O primeiro é que tanto Touraine quanto Linz parecem concordar com o que virou lugar-comum nas Ciências Sociais: discordar da perspectiva marxista. Refutam a ideia de que a esfera política é determinada pela esfera econômica (superestrutura determinada pela infraestrutura). Obviamente, reconhece-se que acontecimentos econômicos podem ter reflexos ou influência na política, mas também pode ocorrer o contrário, da política mudar os rumos da economia. Por exemplo, se levada a rigor a interpretação marxista, poder-se-ia esperar alguma mudança brusca no regime político dos Estados Unidos após a crise de 1929, mas esse se manteve intacto e, na realidade, foram justamente as políticas públicas de

¹⁵ As oposições podem ter um braço politicamente institucionalizado – os partidos políticos. Esses estão presentes tanto nas análises de Linz quanto nas de Touraine.

inspiração keynesianas implementadas à época da Grande Depressão (*The New Deal*), que conseguiram reverter o quadro econômico caótico. Além disso, rechaça-se a ideia de que os novos regimes instaurados identificavam-se única e exclusivamente com os interesses de uma classe ou de um grupo específico como a burguesia, em uma forma de bonapartismo, embora não se ignore que a ascensão de um regime possa beneficiar de forma assimétrica setores distintos da sociedade em detrimento de outros. Nas palavras de Touraine (1989, p. 343), “[política econômica do Estado, demandas dos industriais e preocupações dos militares permanecem constantemente dissociadas no Brasil durante a ditadura”.

Outro ponto que deve ser destacado é que nenhum dos dois autores crê em uma interpretação simples e puramente utilitarista no que concerne à sustentação de regimes políticos. Advertem que algumas instituições políticas persistem, mesmo em momentos que não consigam atender os anseios de parte importante da sociedade e, às vezes, até os contrariem. Ao início do capítulo 3 do livro *Palavra e sangue*, Touraine, de imediato, aponta esse utilitarismo (dissociação entre o crescimento econômico e as demandas sociais) como uma das duas interpretações falsas ou insuficientes sobre as causas da erosão dos regimes democráticos na América Latina¹⁶. Já Linz afirma que

In a nossa visão, uma democracia não vai ser apoiada incondicionalmente, independente das políticas e dos resultados para diferentes grupos sociais, mas tampouco é apoiada ou desafiada só por causa da identificação com uma ordem social específica, especialmente de natureza socioeconómica. (LINZ, 1997, p. 12).

É curioso notar que tanto Touraine (1989, p. 425) quanto Linz (1987, p. 14) chegam a caracterizar as ditaduras militares que sucederam os regimes democráticos como contrarrevolucionárias. Embora seja necessário esclarecer que o que eles entendem por essa ideia não é exatamente a mesma coisa, porém também não aponta em rumos opostos. Alain Touraine acredita que esses golpes são reacionários à medida que grupos munidos de força *de facto*

¹⁶ Como já foi mencionado anteriormente, a outra seria a intervenção estrangeira, em especial, a estadunidense.

(os militares, por exemplo) visavam a proteger Estados fragilizados. Já Juan J. Linz aponta os militares como aqueles que surgem em um contexto de “vácuo de poder” e da ausência de um poder moderador capaz de dissolver parlamentos e convocar eleições em situações gravíssimas de impasses. Além disso, após o Golpe (pensando o caso brasileiro), teve-se uma mudança de regime político, mas a ordem socioeconómica e os paradigmas da estrutura produtiva existentes não foram implodidos, sendo que o termo “revolução” é concebido classicamente como mudanças bruscas nas estruturas políticas, sociais e económicas¹⁷.

Percebem-se afinidades entre a ideia de democracia plebiscitária evocada por Touraine e a de democracia delegativa, por Linz. Ambas apontam para as limitações do processo democrático, quase sempre resumido-o a um processo eleitoral mecânico, mas cujo período pós-eleição seria carente de uma relação dialógica entre eleitores e eleitos ou de alguma forma de *accountability*. No primeiro autor, essa particularidade do regime populista contribuiria com a sua fragilidade. Em sua visão, a ascensão de regimes ditatoriais tem mais a ver com o esfacelamento dos regimes democráticos do que propriamente com o protagonismo e o voluntarismo dos militares. No segundo, esse conceito recebe contornos mais sofisticados: coloca o eleito em uma posição tentadora de “tirano” em potencial, que pode agir no sentido de satanizar as oposições e, posteriormente, receber de volta a sua fúria em forma de “sabotagens” que corroam a sua legitimidade ou que subsidiem o re-vanchismo para um futuro *coup d'état*.

Por fim, um último ponto que se pretende enfatizar nesse ensaio, embora obviamente não se esgotem as possibilidades de convergências das interpretações dos dois autores, é sobre o lugar das forças sociais, em especial das massas. Em Touraine, as forças sociais são essencialmente desorganizadas e, especialmente devido à natureza dos regimes populistas, estariam “sob o controle” das forças políticas. Grosso modo e exageradamente, poder-se-ia dizer que as massas estariam entorpecidas pelos discursos

17 Ver, por exemplo, SILVA (2005).

cativantes dos líderes carismáticos. Em Linz, elas aparecem como relativamente pouco importantes nos processos de erosão dos regimes democráticos; fala-se que os novos regimes podem até contar com uma espécie de neutralidade das massas, o que parece muito verossímil quando observada a relativa baixa resistência popular ao Golpe de 1964 no Brasil. Outra ideia curiosa apontada pelo autor é a dos “apoiadores passivos da democracia”, ou seja, de uma parcela da sociedade simpática aos ideais democráticos, mas que não arriscariam sua integridade física, moral, entre outros para defendê-los. “Contrariamente às crenças dos entusiastas da democracia, um regime democrático não deve ser deixado chegar ao ponto em que sua sobrevivência dependa da prontidão de seus apoiadores em ir à luta nas ruas.” (TOURAINÉ, 1989, p. 85)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras de Touraine e Linz foram produzidas não como estudos de casos específicos, mas como um esforço de, por meio da observação de vários casos, encontrar elementos comuns ou traçar paralelos que pudessem ser úteis à construção de modelos explicativos. É interessante notar que cada um dos autores parte de elementos-referência distintos, o que também não quer dizer que todos os conceitos trabalhados e construídos em referência àqueles elementos sejam incomensuráveis ou “intraduzíveis”, em termos kuhnianos, uns aos outros. Embora essa “tradutibilidade” não seja necessariamente desejável para além de um esforço teórico-conceitual.

As interpretações derivadas desses modelos explicativos distintos apresentaram algumas convergências importantes. Além disso, apesar de não ter sido possível se aprofundar nesse ensaio, apresentaram outras causas explicativas distintas, mas não excludentes (como sobre o papel do multipartidarismo na instabilidade do regime, questão suscitada por Linz). Por meio da consideração em conjunto das peculiaridades dos diferentes apontamentos dos dois modelos, pode se ter um quadro rico de referências para se compreender melhor as quedas de regimes democráticos não apenas na América Latina, mas também em outras regiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. Rio de Janeiro, *Dados*, v. 40, n. 2, 1997.
- FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. São Paulo, *Revista USP*, n. 17, mar./abr./mai., 1993.
- LINZ, Juan J. *The Breakdown of Democratic Regimes*: crisis, breakdown and reequilibration. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.
- LINZ, Juan J. Presidential or Parliamentary Democracy: does it make a difference? In: LINZ, Juan J; VALENZUELA, Arturo. (Eds.). *The Crisis of Presidential Democracy*: the latin american evidence. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- O'DONNELL, G. Illusions about Consolidation. In: DIAMOND, L. et al. (Eds.). *Consolidating the Third Wave Democracies*: themes and perspectives. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- SIMÕES, Gustavo da Frota. *Turbulência Política Interna e Política Externa durante o Governo Castello Branco (1964-1967)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidade de Brasília, 2010.
- TOURAINE, Alain. *Palavra e Sangue*: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

RESUMO

A quebra de regimes democráticos permeou a história política de vários países latino-americanos na segunda metade do século XX. Este ensaio analisa a construção dos arcabouços conceituais e interpretativos de dois autores importantes que versam sobre este tema (Juan J. Linz e Alain Touraine), com ênfase em suas aproximações.

Palavras-chave: Quebra do regime democrático, Ascensão do regime autoritário, Juan J. Linz, Alain Touraine.

ABSTRACT | THE COLLAPSE OF DEMOCRATIC REGIMES: THE CONSTRUCTION OF JUAN LINZ'S AND ALAIN TOURAINÉ'S INTERPRETATIONS

The fall of democratic regimes was widely common in the political history of many Latin American countries in the second half of the twentieth century. This essay analyzes the construction of the conceptual and interpretative framework from two important authors who study the subject (Juan J. Linz and Alain Touraine), emphasizing their convergences.

Keywords: Breakdown of democratic regime, Rise of authoritarian regime, Juan J. Linz, Alain Touraine.

RESUMEN | LA EROSIÓN DE LOS REGÍMENES DEMOCRÁTICOS: LA CONSTRUCCIÓN DE LAS INTERPRETACIONES DE JUAN LINZ Y ALAIN TOURAINÉ

La caída de los regímenes democráticos fue algo común en la historia política de muchos países latinoamericanos en la segunda mitad del siglo XX. Este ensayo analiza la construcción de los esquemas conceptuales e interpretativos de dos importantes autores que tratan del tema (Juan J. Linz y Alain Touraine), con énfasis en sus semejanzas.

Palabras clave: Caída del régimen democrático, Surgimiento del régimen autoritario, Juan J. Linz, Alain Touraine.